

REDES SOCIAIS E MERCADO DE TRABALHO: ENTRE O FORMAL E O INFORMAL

Jacob Carlos Lima
Marinalva de Sousa Conserva

Neste artigo, discutimos a utilização das redes sociais como estratégia de entrada e permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho. Partimos do pressuposto de que as interações sociais resultam em ações cooperativas que influem de forma decisiva nos processos econômicos e que os mercados não podem ser compreendidos apenas a partir de uma lógica econômica, mas de uma pluralidade de lógicas. As estruturas de redes construídas entre os trabalhadores agem como uma dessas lógicas, possibilitando o acesso a informações privilegiadas que facilitam o acesso a empregos, assim como reduzem os custos de sua busca. Essas redes, dependendo de sua intensidade, podem funcionar também como elementos de disciplinarização dos trabalhadores no espaço de trabalho, a partir dos determinantes de confiança que as compõem, tornando-se funcionais no mercado de trabalho.

A subjetividade presente nas relações sociais que se reflete nas relações de trabalho impregna os processos de racionalização das atividades econômicas, que não se realizam plenamente. A discussão sobre burocratização e racionalização do trabalho, pensada a partir das necessidades de controle da força de trabalho pelo capital, a partir de certo momento, cede lugar à valorização dos espaços de sociabilidade como forma de garantir maior envolvimento dos trabalhadores no processo de trabalho e maior produtividade. A seleção de trabalhadores, pensada “cientificamente” a partir das teorias de administração desenvolvidas no século XX, progressivamente vai incorporando os elementos subjetivos, fora da racionalidade das regras estabelecidas, como forma de recrutar os mais adequados aos interesses da produção.

Nosso objetivo é analisar a subjetividade “instrumentalizada” pelos atores, voltada à objetivação de interesses e necessidades, mais especificamente, à utilização das redes sociais informais estabelecidas pelos indivíduos em sua vida cotidiana de forma utilitária na busca de um emprego, em sua manutenção e em sua mobilidade ocupacional.

Temos como referência empírica um conjunto de pesquisas diretas com operários fabris (têxteis e do vestuário) e trabalhadores do informal (ambulantes) nas cidades de Recife, João Pessoa e Natal, realizadas em períodos distintos na

década de 1990. Com trabalhadores fabris foram realizadas trinta entrevistas (com operários têxteis) no período de 1991 a 1993. Posteriormente, foram realizadas mais vinte entrevistas em João Pessoa, no período entre 1995 e 1996, entre operários do setor de confecções.

Os trabalhadores fabris foram escolhidos por tempo de permanência no mercado de trabalho, por terem sobrevivido à instabilidade do setor têxtil e de confecções na região, assim como aos processos de reestruturação do período. Os entrevistados, homens e mulheres, estavam acima de vinte e cinco anos de idade em média, tendo entrado no mercado de trabalho entre treze e dezesseis anos. No caso dos trabalhadores pernambucanos, a origem operária e urbana era dominante, o contrário de João Pessoa e Natal, cujos trabalhadores eram originários do setor de serviços ou migrantes do interior dos estados. Entre os trabalhadores informais, o tempo de permanência na atividade ambulante foi também um fator determinante na escolha dos informantes. Neste caso, eram majoritariamente migrantes com mais de dez anos na atividade.

Em relação aos trabalhadores ambulantes, a pesquisa foi realizada no período de 2000 a 2002 em João Pessoa, no centro da cidade (área de maior densidade de ambulantes e com maior concentração de conflitos urbanos). Foram aplicadas vinte e cinco entrevistas semi-estruturadas com o objetivo de apresentar um perfil da situação do trabalho e do trabalhador, e recuperadas histórias de vida (tendo como critério prioritário o tempo de permanência na atividade), visando aprofundar a compreensão e singularidades da atividade ambulante, especialmente a formação de redes sociais.

Um dos fatores que chamaram a atenção nas pesquisas com esses grupos de trabalhadores de baixa escolaridade e qualificação¹ foi a importância das redes sociais em sua inserção no mercado de trabalho, seja no primeiro emprego, seja na mobilidade dentro das empresas, na circulação e permanência entre ocupações diversas.

Relações de trabalho e subjetividade

Dentro da recuperação dos elementos subjetivos presentes nas relações e no processo de trabalho, merece destaque o debate recente sobre redes no

¹ Os projetos de pesquisa desenvolvidos no período com operários fabris foram desenvolvidos junto ao Núcleo de Informação e Documentação Histórica Regional, no Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Tecnologia e Trabalho e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB. Objetivavam analisar a formação de novos grupos operários na região. A questão das redes, embora não sendo o objetivo central dos projetos, foi se impondo a partir dos dados obtidos. Na pesquisa sobre os ambulantes em João Pessoa, as redes se constituíram em objeto central.

mercado de trabalho. Essa retomada, resultante das transformações do trabalho dentro do paradigma da flexibilidade, foi fortemente influenciada pela chamada nova sociologia econômica norte-americana e francesa, que recoloca questões anteriormente sub-dimensionadas nos estudos sobre mercado de trabalho, analisadas a partir de estudos de família, estratégias de sobrevivência de migrantes, relações informais no ambiente de trabalho e de formas de resistência a cadências e a linha de montagem. Nesses estudos, as redes são dadas como implícitas e pouco estudadas em si, apenas em seus efeitos. A informalidade e a formalidade compunham um mesmo cenário, onde o informal, em certa medida, funcionava como porta de entrada para o mercado formal.

A partir dos anos 1980, a flexibilização da produção e dos mercados lança novos desafios no estudo das relações sociais no trabalho com mudanças nas formas de recrutamento, a exigência de novas habilidades e qualificações, nos quais o capital relacional assume um papel cada vez maior. O informal volta a ser rediscutido, seja na perspectiva da sua funcionalidade através da terceirização de atividades de trabalhadores qualificados ou não, seja na precarização dos contratos, perdas de direitos sociais etc.

A revalorização do tema da informalidade tem relação direta com sua expansão sem precedentes nos anos 1980 e 1990, como principal mecanismo de regulação dos mercados de trabalho (Tokman apud Pérez Sáinz, 1998). Com efeito, esse novo quadro de referência ganha visibilidade, segundo a OIT, entre 1986 e 1996: para cada cem novas ocupações criadas na América Latina, oitenta eram informais. No Brasil, segundo a PME/IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o crescimento do trabalho informal é de vinte e dois por cento ao longo da década de 1990, equivalendo a cinquenta por cento da população ocupada nas regiões metropolitanas (Jakobsen, 2000, p. 13-14). Ao mesmo tempo, cresce sua visibilidade no chamado primeiro mundo, com o crescimento do desemprego e das imigrações internacionais fortalecendo as redes étnicas e o desenvolvimento de atividades não regulares nas grandes cidades. Nesse quadro, as redes sociais são apontadas como elementos fundamentais na recepção e integração dos novos imigrantes nas economias locais (Broad, 2000; Porter, 1994).

Uma das características fundamentais das redes sociais é a difusão de informação, possuindo um caráter utilitário nas relações sociais de forma geral. As redes podem ser consideradas como um conjunto de relações construídas pelos indivíduos a partir do meio social originário, através das quais se manifestam condicionamentos sociais sobre os quais elas atuam, transformando-os na busca da resolução de problemas cotidianos.

A hierarquização e burocratização das organizações formais engendram organizações informais compostas por redes de indivíduos na mesma situação (papel, função), com objetivos voltados à maior gratificação e redução de

esforços, construindo, dessa forma, estruturas paralelas. A instrumentalidade das redes facilita o acesso a bens materiais ou simbólicos através da informação gerada.

Os estudos sobre a organização do trabalho capitalista centram-se sobre o processo de racionalização crescente das relações capital-trabalho, refletido na burocratização das empresas e na busca incessante de produtividade através da otimização na utilização da força de trabalho. Taylorismo e Fordismo se constituíram nas formas paradigmáticas desse processo: impessoalidade nas relações de trabalho, controle e disciplina como valores básicos, hierarquização de funções e tarefas, seleção “científica” de pessoal, com a força de trabalho percebida como um fator de produção como qualquer outro, uma mercadoria como as demais. Entretanto, a “mercadoria” força de trabalho apresenta peculiaridades que dificultam a racionalização pretendida: a subjetividade do trabalhador, a indeterminação ou a imprevisibilidade, em certa medida, de seu comportamento: sua capacidade de escolhas, de reinterpretar normas e regimentos, de reagir a pressões, enfim, de transformar o ambiente em que vive e trabalha. Este livre-arbítrio está na raiz do fracasso da proposta taylorista de “eliminar greves” ou descontentamentos dentro da fábrica, do surgimento das teorias de relações humanas voltadas para estudos de motivação no ambiente de trabalho e, mais recentemente, das propostas de enriquecimento de tarefas, das políticas participativas dentro da empresa etc. Estas últimas têm como fundamentação o reconhecimento do caráter subjetivo presente nas relações sociais e a necessidade de sua instrumentalização como forma de garantir maior envolvimento do trabalhador no trabalho e, como consequência, obter maior produtividade.

A segmentação do mercado - ou mercados - de trabalho se imbrica, no caso brasileiro, na informalidade das atividades econômicas responsável pela ocupação de contingentes significativos da população. Se recuperarmos trajetórias profissionais de trabalhadores, o permanente ir e vir entre os mercados de trabalho formal e informal integra o processo de mobilidade ocupacional desses trabalhadores, e esse fluxo passa, em grande medida, ao largo de instituições formais de acesso aos empregos. Essa afirmação deve ser relativizada considerando-se o tamanho das empresas e o grau de burocratização de sua organização, a existência ou prevalência de mercados de trabalho interno e/ou externos, o grau de qualificação da força de trabalho empregada, entre outros elementos. Entretanto, raramente o recrutamento se mantém apenas em níveis burocráticos.

O acesso ao emprego tem nas redes sociais um instrumento privilegiado relacionando instituições primárias como a família e o mercado de trabalho em seus diversos níveis – da pequena à grande empresa, independentemente de seu grau de modernização tecnológica-organizacional. A funcionalidade das redes

sociais informais para a empresa e para o trabalhador se manifesta em termos de custos de busca e acesso ao mercado. Para as empresas, implica em gastos com comunicação na procura de empregados, o que torna mais econômica a divulgação de suas necessidades de trabalhadores através de mecanismos informais representados pela difusão de informações entre os próprios trabalhadores, principalmente em empresas de pequeno porte e entre empresas que utilizam pessoal com níveis de qualificação elevada ou escassa no mercado.

Os caminhos institucionais no recrutamento de trabalhadores como agências de emprego, imprensa e formas afins convivem com a informalidade da indicação pessoal. Isso pode ser visto positivamente pela empresa, no sentido de maior confiabilidade dos recrutados por indicação, e negativamente pelos trabalhadores, que não têm acesso a essas redes, criando internamente, também, relações clientelísticas entre patrões e empregados. Alguns grupos profissionais protegidos por conselhos ou sindicatos estabelecem corporativamente quem pode atuar no setor a partir de exigências formais de diplomas ou filiação criando “nichos” de acesso privilegiado a informações. O mesmo acontece entre trabalhadores pouco qualificados como domésticas e empregados da construção civil, entre os quais as indicações informais são predominantes pelo nível de confiança, mesmo que relativo, pretendido pelos empregadores (Lautier, 1994).

Para os trabalhadores, os custos da procura de um emprego manifestam-se em gastos com passagens, alimentação, compra de jornal, consulta a agências de emprego, busca essa grandemente abreviada por informações obtidas na informalidade das relações pessoais, criando e expandindo redes de solidariedade. Desta forma, poderíamos nos referir à posse de um *capital social* pelos indivíduos fundamentado em seu relacionamento social cotidiano, que possibilita a obtenção de informações de acesso ao mercado de trabalho. Esse capital social é tanto maior quanto maior a diversidade das redes sociais de que o indivíduo participa.

As mudanças no mercado de trabalho

O conceito de mercado de trabalho, em sua acepção clássica, se fundamenta na existência de oferta e procura num mercado teoricamente livre. Todavia, tal qual o mercado de produtos de uma forma geral, o mercado de trabalho é regulado por numerosas regras que respondem a demandas empresariais e de trabalhadores através de sindicatos, associações e movimentos que refletem e, até certo ponto administram, os conflitos inerentes às relações capital-trabalho. Dessa forma, estabelecem-se “mercados” específicos por setores econômicos e da produção, com exigências características.

Se nos limitarmos à produção fabril propriamente dita, observamos que as transformações recentes em termos tecnológicos e organizacionais – a chamada reestruturação produtiva – têm provocado profundas mudanças em termos de

exigências de escolaridade e qualificação de trabalhadores através da multifuncionalidade e polivalência de funções com mudanças no perfil do trabalhador demandado pelo mercado. A redução dos postos de trabalho formais, do contingente de operários fabris e o desaparecimento ou diminuição de categorias de trabalhadores, devido a essas transformações, têm reduzido o poder de fogo dos sindicatos, com conseqüências na regulação dos mercados setoriais, com a perda de direitos sociais e maior precarização das relações de trabalho e informalização.

A polêmica sobre a oferta de empregos e seu futuro tem apontado para a discussão acerca da desregulamentação dos mercados e a flexibilização das relações de trabalho como possível “saída” para o desemprego. Entretanto, se pensarmos no caso brasileiro, essa flexibilização sempre foi grande, e o empresariado dispõe de numerosas vantagens na contratação e demissão de trabalhadores, situação distinta apenas naqueles setores que demandam trabalhadores altamente qualificados e onde a oferta é menor, nos quais estes possuem maior poder de pressão. Nas pequenas e microempresas, o cumprimento da legislação sempre foi limitado e num quadro de competitividade crescente, estas, mesmo quando em setores de alta tecnologia, tendem a utilizar formas, se não informais, dentro do que poderíamos chamar de novas institucionalidades no trabalho: estagiários, cooperativas, trabalhadores “pessoa-jurídica” etc.

Tendências gerais do mercado de trabalho, como o novo perfil do trabalhador para o futuro, e as exigências de conhecimento necessárias às novas tecnologias devem ser relativizadas, não apenas por setores da produção, mas também pela divisão do trabalho na produção, na qual permanece a separação trabalho manual-trabalho intelectual. Assim, por exemplo, a discussão sobre a necessidade de maior escolaridade e qualificação dos trabalhadores na produção contrasta com a realidade da desconcentração industrial e o fechamento de fábricas onde existe essa mão-de-obra, e sua instalação onde o oposto acontece: mão-de-obra abundante, barata, pouco escolarizada e, conseqüentemente, menos organizada. Investimentos empresariais em educação formal aparecem em grandes empresas modernas em termos tecnológicos e organizacionais ou em setores nos quais intervêm programas estatais ou de organizações sociais, como canteiros da construção civil. No conjunto das empresas, a preocupação é mais retórica que real.

No Nordeste, tal situação evidencia-se, seja nas indústrias atraídas pela SUDENE, nos anos 1970, pelas políticas de incentivos estatais, seja no atual surto de transferências de indústrias do sul-sudeste para a região, igualmente subsidiadas pelo Estado, agora dentro da “guerra fiscal”. O discurso sobre a substituição de importações e o desenvolvimento regional (no primeiro caso), e o da globalização e da necessidade de aumentar a competitividade (no segundo),

mantêm inalterado o objetivo de busca de redução de custos com a utilização de mão-de-obra barata. O que difere, atualmente, é a maior escolaridade do trabalhador brasileiro, decorrente da maior universalização do ensino básico.

Se considerarmos que cinquenta por cento da população economicamente ativa do país encontra-se fora do mercado formal e que este mercado, a cada dia que passa, se flexibiliza mais em função dos novos padrões produtivos, há um estoque de força de trabalho que dificilmente terá acesso a um mercado formal, pensado enquanto condição salarial em termos de acesso a direitos trabalhistas e sociais característico do período conhecido como fordista. Esse contingente de trabalhadores já “flexibilizados”, embora talvez fora dos padrões da modernidade, não significa que sejam disfuncionais no capitalismo “desorganizado”. Afinal, desemprego e exclusão social constituem-se em subproduto típico das novas formas de produção.

Esses elementos colocam em questão particularidades locais, regionais e nacionais dos mercados de trabalho e os limites de sua institucionalização, assim como a relevância de fatores extra mercado, geralmente desconsiderados em seu funcionamento objetivo. Entre esses fatores, destacam-se as redes sociais informais.

Os trabalhadores e as redes sociais

O conceito de redes sociais foi trabalhado pela Antropologia inglesa nos anos 1950-1960, destacando-se os estudos de Barnes (1987) e Bott (1976). Barnes emprega a idéia de rede como um “conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos”, demonstrando como eles utilizam laços pessoais e de parentesco em diversas situações de sua vida social e política, destacando sua pertinência “em situações em que os indivíduos são continuamente requisitados a escolher sobre quem procurar para obter liderança, ajuda, informação e orientação” (1987, p. 163).

Bott (1976) utiliza o conceito a partir de pesquisa realizada com famílias na qual destaca o status de classe e o status ocupacional como elementos explicativos das redes sociais estabelecidas pelo grupo familiar. Analisa os papéis desempenhados por marido e mulher na vida doméstica e o grau de atividades desenvolvidas conjuntamente ou não. Define como papéis segregados quando a divisão do trabalho entre cônjuges é bastante estrita na manutenção da casa, com o marido entrando com uma quantia em dinheiro, participando pouco das atividades domésticas e tendo seus relacionamentos sociais fora da esfera doméstica. A exceção estaria na visita a parentes, única atividade desenvolvida em comum. Em um outro extremo estariam famílias caracterizadas por uma predominância de papéis conjuntos nos quais homem e mulher partilham as atividades domésticas, interesses e relacionamentos sociais comuns. Entre esses

dois extremos, variados graus de segregação e conjunção. Nessa caracterização, o meio social é um fator importante na construção das redes sociais em que os papéis dos cônjuges têm um peso significativo: as redes sociais de “malha estreita” nas quais parentes, amigos e vizinhos se conhecem – predominando em famílias operárias com alto nível de papéis segregados entre os cônjuges – e nas quais o local de moradia e o tipo de trabalho estabelecem maior homogeneidade no estilo de vida; as redes sociais de “malha frouxa”, com predominância de papéis conjuntos e interesses difusos com menor interferência do meio social imediato, característicos em famílias de classe média.

Os indivíduos inserem-se em estruturas de redes que resultam de sua posição na estrutura social e de uma cultura decorrente dessa posição que se manifesta na experiência cotidiana e na construção de trajetórias biográficas particularizadas. Embora com condicionantes sociais decorrentes da estrutura social, a ação individual não se restringe a esses condicionantes, existindo certa liberdade na escolha de estratégias de ação permitindo mobilidades dentro da estrutura. O formato da rede social e/ou a participação em diversas redes favorece o acesso a recursos diferenciados, o que explica que indivíduos de mesma origem social construam trajetórias sociais distintas (Fontes e Eichner, 2004).

Ao conceito de redes pode ser agrupado o de “família extensa, ampliada ou multigeracional”, no qual entram não apenas o grupo estrito de parentesco, mas os amigos e vizinhos com quem o grupo se relaciona. Dessa forma, a rede incluiria a soma total de todas as relações humanas que têm alguma significação mais durável para qualquer indivíduo.

A sociologia industrial americana já destacava o papel das redes sociais informais como modo de resistência dos trabalhadores às práticas tayloristas no ambiente de trabalho (Roy, 1954; Dalton, 1959 apud Powell and Smith-Doerr, 1994). Merece destaque, ainda, o estudo de Linhart (1986), em pesquisa realizada no final dos anos 1960 sobre as redes informais de trabalhadores em uma indústria automobilística francesa, em que destacava a questão étnica na formação de grupos de trabalhadores informais atuando na linha de montagem: no adiantamento da linha como forma de conseguir espaços para descansar, fumar um cigarro, conversar, enfim, formas não sistematizadas de resistência ao ritmo imposto pela linha e pela gerência. Da mesma forma, a instrumentalização dessas redes pela empresa como forma de pressão aos operários por produtividade, disciplina, assim como sua desarticulação em momentos de greves quebrando a solidariedade construída e, portanto, enfraquecendo movimentos de resistência.

A pesquisa realizada por Granovetter (1995) vai inaugurar o que posteriormente ficará conhecido como “nova sociologia econômica”. Nesta, o papel das redes sociais informais é fundamental para entender o mercado de trabalho e a ação coletiva, nas formas como os indivíduos procuram, conseguem e mudam de empregos, através da transmissão de informação. Defende o

argumento de que laços fortes ou fracos presentes nas redes sociais determinam o tipo de acesso de informações acerca de empregos. Os laços fracos (*weak ties*) seriam mais eficazes por refletirem um maior capital relacional (ou social) dos indivíduos, embora isso não necessariamente signifique a obtenção de melhores salários. Demonstrou a importância das redes sociais informais para trabalhadores “classe média” como professores, técnicos e trabalhadores *white color* em geral para conseguirem empregos ou melhorarem de emprego. Utilizando uma amostragem estatística no município de Newton, na Grande Boston, construiu uma base de dados na qual, ao lado do tratamento estatístico, procurou trabalhar qualitativamente com entrevistas utilizando as trajetórias profissionais dos informantes. Nestas, mais de cinquenta por cento encontraram empregos ou mudaram a partir de informações dadas por amigos, conhecidos, ou parentes em situações informais em que conversas entabuladas revelaram a existência de vagas em determinadas empresas ou convites imprevistos oferecendo vagas. Variáveis como educação, tamanho das empresas, contribuem na forma de contratação a partir de laços sociais previamente construídos. Posteriormente, essa idéia foi desenvolvida, a partir do conceito de *embeddedness*, no qual a ação econômica estaria incrustada ou embutida na estrutura das relações sociais na sociedade moderna. Recupera a idéia weberiana da “ética econômica”, que pressupõe confiança, e conseqüentemente desencoraja a fraude nas relações econômicas, incorporando a “ética calvinista” da dedicação ao trabalho. A ação econômica é uma forma de ação social e as instituições econômicas são construções sociais (Granovetter e Swedberg, 2001).

Numa segunda edição desse mesmo trabalho, no início dos anos 1990, o autor apresentou um conjunto de dados censitários norte-americanos que confirmavam essa tendência não apenas em trabalhadores *white color*, mas também nos *blue color*. A relevância deste estudo está nas análises da crescente burocratização do capitalismo e da impessoalidade que marcaria as trocas sociais, principalmente no mercado de trabalho. A taylorização da organização do trabalho trouxe consigo os departamentos de seleção e treinamento de pessoal e, com isso, a racionalização do processo de contratação de trabalhadores. Em tese, essa seleção seria realizada grandemente sem a interferência das relações de conhecimento pessoal. Algumas empresas chegaram até a estabelecer limites à contratação de parentes, mas a prática de indicação de conhecidos dos trabalhadores nunca foi eliminada. Isso pelo fato de sua funcionalidade em termos de controle. Afinal, o indicado estaria assumindo um compromisso informal com seu colega que o indicou, e qualquer problema poderia causar constrangimento a este. Outra consideração que pode ser feita está na informação, em certa medida privilegiada, que os trabalhadores de uma empresa terminam tendo acerca de novas vagas e a difusão informal que fazem em seus círculos sociais. Assim, indicação ou informação se constituem em elementos importantes no acesso a empregos independente do grau de

formalização presente no mercado de trabalho. Para Granovetter, garantiria ainda menor *turnover* nos postos de trabalho ocupados a partir das redes sociais (1986). Segundo Tilly and Tilly, as redes também influem nos processos de mobilidade superior dentro de mercados de trabalho internos. A importância de redes para promoção varia inversamente com a formalidade de procedimentos de promoção (1984, p. 303).

Nas comunidades de imigrantes, essas redes funcionariam como integração dos recém-chegados ao novo país e monopolizam, em alguns países ou cidades, determinadas atividades econômicas. Nessas situações, laços fortes e fracos compõem a estrutura da rede com predominância, em grande medida, dos primeiros.

Para Lautier (1994), a importância das redes sociais se manifesta como modo de explicitação das dimensões sociais na gestão do processo de trabalho e fluxos dos trabalhadores, em outras palavras, as redes revelam a importância das relações entre o mundo do trabalho (da produção) e a vida social extra trabalho (a reprodução), na regulação do mercado de trabalho. Assim, torna-se necessário incorporar a noção de rede na relação entre o Estado e o mercado de trabalho. As combinações entre Estado-mercado-rede constituem o tripé sobre o qual funcionaria o mercado de trabalho. Para tanto, faz-se necessário romper com a idéia de exterioridade perturbadora do social que interferiria “nos mecanismos econômicos que regulam o mercado de trabalho (Lautier, 1994, p. 129)”.

Estudos sobre famílias de trabalhadores no Brasil procuraram recuperar, nos anos 1970, a partir do conceito de estratégias de sobrevivência, a funcionalidade, para o capital, do grupo como unidade de reprodução e consumo, cultura e sociabilidade, destacando-se a divisão sexual do trabalho entre seus membros (Dória Bilac, 1978; Fausto Neto, 1982). Durham (1973), sem utilizar o conceito de rede, analisa a importância do grupo familiar entre migrantes rurais na cidade grande e seu papel na reconstituição das relações de sociabilidade no novo meio. Sem desconsiderar os efeitos do meio urbano na fragilização dos laços familiares, comparativamente ao meio anterior, demonstra que a família permanece como referência econômica e afetiva para esses migrantes. Como reforço a esse argumento, cita a busca e a recepção de parentes na cidade com a indicação de empregos, o compartilhamento da habitação, a decodificação da espacialidade urbana para os recém-chegados, das normas e valores do novo meio, enfim, da ressocialização do indivíduo através da experiência acumulada. Estudando famílias operárias em meio urbano, demonstra que a rede de solidariedade permanece através de ajudas diretas e indiretas no cotidiano, no cuidado comum de crianças enquanto os pais trabalham, na divisão de casas e terrenos entre parentes e agregados, na intermediação no mercado de trabalho e de bens urbanos como escola, saúde e serviços. Critica o desinteresse pelos estudos de família atribuído ao caráter pretensamente conservador da instituição na reprodução de valores,

o que desconsideraria a dinâmica das transformações sociais e culturais que influenciam na composição do grupo e das formas de adaptação e integração a novas situações (Durham, 1980).

Mesmo perdendo seu papel enquanto unidade produtiva na sociedade moderna, a família mantém sua importância afetiva (embora igualmente modificada) e instrumental de ajuda mútua entre seus membros. Assim, mesmo sem uma preocupação explícita com as redes sociais enquanto tais, os estudos sobre família terminam por recuperá-las a partir do momento em que trabalham com o conceito de família extensa que englobam amigos e vizinhos (Requena Santos, 1991, p. 109).

Essa relação entre trabalho e família apresenta elementos intrínsecos na vivência do trabalhador, e delas são extraídas suas visões e representações e elaboradas suas estratégias de enfrentamento na ausência do trabalho formal, regulado. Segundo Durham:

Se, da ótica da produção, a família constitui o núcleo de reprodução da força de trabalho e, portanto, condição da produção, para o trabalhador, ao contrário, ele é fim para o qual o trabalho é um meio. Deste modo, o trabalho de homens e mulheres, adultos e jovens, não se define, para as pessoas, exclusivamente em termos de uma referência à natureza do sistema produtivo, mas em termos de sua instrumentalidade para o consumo e, portanto, para a família (1980, p. 207-208).

Nesses estudos, com a utilização explícita, ou não, do conceito, as redes se impõem como estruturas que pouco aparecem e nas quais se inserem os indivíduos, desenvolvendo normas de reciprocidade e troca de favores, normas estas desenvolvidas espacial e temporalmente (Requena Santos, 1991).

Redes sociais entre trabalhadores fabris

Entre os trabalhadores pesquisados, o acesso ao mercado de trabalho é marcado pela origem social, pelas ocupações desempenhadas pelos pais no decorrer da vida, assim como do grupo social mais próximo. Desta forma, o meio social estabelece uma estrutura de ocupações possíveis frente ao capital cultural disponível pelo aspirante ao trabalho. Em nosso caso, podemos falar da necessidade como a grande impulsionadora do trabalho precoce, que geralmente se inicia em atividades informais de venda de jornais, bugigangas diversas, doces ou salgados produzidos pelas mães que colocam as crianças para vender em praças, sinais de trânsito, ruas e praças de maior movimento das cidades.

O trabalho informal vem acompanhado de tentativas de inserção no mercado formal. Entre os trabalhadores, nota-se uma tendência ou tentativa de

conseguir empregos fabris dentro das limitadas possibilidades de escolha que possuem. Embora a fábrica não goze de grande prestígio entre os trabalhadores, possibilita a inserção no mercado formal com todos seus significados: carteira assinada, direitos sociais, ser considerado um trabalhador e não um vagabundo, enfim um cidadão “decente”. Outro elemento, talvez mais significativo, é a percepção da fábrica como possibilidade de profissionalização abreviada para uma população de baixa escolaridade e “capital cultural e social” com poucas possibilidades de ocupar cargos mais valorizados socialmente e mais bem pagos. Para alguns trabalhadores, a fábrica funciona, ainda, como elemento de disciplinarização do jovem e de entrada na vida adulta pelo chamamento à responsabilidade que, em tese, acarreta. Por fim, uma fuga das outras possibilidades: a incerteza de um subemprego no informal, a dureza das condições da construção civil e outros trabalhos pouco valorizados, ou a dependência explícita representada pelo trabalho doméstico.

O primeiro emprego do trabalhador atende, em regra, a pressões da família ou grupos sociais próximos como amigos e vizinhos, seja para a ajuda doméstica, seja para uma autonomia do grupo, e conta com a intermediação das redes na entrada no mercado. A literatura sociológica aponta numerosos casos de trabalho infantil desde o início do século passado, que tinha no grupo familiar o principal incentivador em contraposição às pressões do movimento operário contra a exploração deste tipo de trabalho. Deve-se lembrar também que os salários nas fábricas eram pagos aos pais como complementação. Embora essa situação tenha sido reprimida com a promulgação da CLT, são comuns ainda hoje denúncias de exploração do trabalho infantil, seja fabril, através da “facção” ou trabalho a domicílio em fábricas de sapato e de confecções, onde as crianças passam a ajudar “naturalmente” os pais, seja nos canaviais como bóias frias, em São Paulo, no Nordeste, enfim em todo o país.

Fábricas têxteis e de confecções contratavam meninas a partir de catorze anos. Geralmente o emprego é obtido através da indicação de parentes que estão dentro da fábrica, amigos e vizinhos, e assim permanece nas trocas de emprego subsequentes. Tal processo reflete um fenômeno de imobilidade social (Requena Santos, 1991), ou seja, os trabalhadores circulariam permanentemente em ocupações sem grandes chances de melhoria de renda, não apenas num mercado formal fragmentado, mas entre este e o informal. Dadas suas condições objetivas, a circulação num mesmo meio vai determinar o acesso a outras ocupações de remuneração equivalente, formando um círculo vicioso.

Não queremos dizer com isso que as redes sociais substituam a regulamentação institucional do mercado de trabalho, mas sim demonstrar, dada sua debilidade (em termos de respeito e aplicação efetiva), a importância de fatores extra-econômicos e os canais de informação presentes na sociabilidade cotidiana (Lautier & Marques Pereira, 1994).

Os trabalhadores entrevistados assemelhavam-se em termos de origem social, não apenas em sua condição de necessidade, mas na mobilidade ocupacional horizontal que mantêm frente à ocupação dos pais. Em outras palavras, sua situação de classe possibilita, de forma restrita, o acesso a bens materiais e simbólicos influenciando em sua situação no mercado de trabalho. Aqui entram as escolhas possíveis dentro das condições de que dispõem. No Recife, operários eram filhos de operários, da construção civil ou transportes. Dada a tradição industrial de Pernambuco, a condição de centro comercial de sua capital, podemos falar de gerações operárias, o que acontece em menor escala na Paraíba e em outros estados do Nordeste (Lima, 1996).

Na Paraíba, entre os operários têxteis, vemos a predominância de filhos de trabalhadores rurais, da construção civil e trabalhadores autônomos, refletindo o crescimento recente de sua capital e o peso significativo de migrantes rurais. Atividades da construção civil e ambulante, como já dissemos, poderiam ser consideradas de “entrada” no mercado de trabalho urbano. Entretanto, tal qual poderíamos falar de gerações operárias, podemos nos referir igualmente a “gerações de ambulantes”, pelos limites, em termos perspectivos, do mercado formal de trabalho. Em outras palavras, a falta de possibilidade de entrada no mercado de trabalho formal por questões estruturais que se mantêm.

Em João Pessoa, predominam as ocupações no chamado setor de serviços. Basta lembrar que a atividade fabril significativa na cidade inicia-se a partir dos anos 1970 com a instalação de grandes plantas industriais. Anterior a este período, apenas fábricas isoladas, geralmente fora da capital. O quadro altera-se um pouco quando trabalhamos com operários de confecções, ou melhor, operárias, dada a predominância de mulheres nesse ramo fabril. O caráter “complementar” da ocupação feminina numa cidade com poucas fábricas de maior porte desvincula a permanência na ocupação ao emprego formal. O setor é caracterizado por grande diversidade das unidades produtivas, com o predomínio de pequenas e micro confecções que funcionam informalmente. Todavia, tal como os operários têxteis, a origem social destas trabalhadoras está em famílias de trabalhadores de baixa renda e qualificação, assalariados ou não (Lima, 1996a; 1997).

Em comum, nas duas cidades e nas três categorias, a permanência geracional em atividades de renda semelhantes, refletindo baixa mobilidade ocupacional embora com mobilidade entre o formal e o informal.

No setor de confecções, a predominância do trabalho feminino coloca outras variáveis na análise. Embora com maior escolaridade formal, o trabalho como costureira não é considerado uma qualificação, mas um “conhecimento naturalizado” próprio da “condição feminina” (Abreu e Sorj, 1995). Somada às limitadas possibilidades de emprego, a maior escolaridade não implica em grandes alterações salariais. Desta forma, encontramos números

significativos de mulheres trabalhadoras com distintos graus de escolaridade exercendo as mesmas funções: operárias com segundo grau completo e incompleto se equiparam numericamente às operárias com primeiro grau incompleto.

Nos processos de terceirização da segunda metade da década de 1990, com a vinda de novas fábricas para a região e a abertura de cooperativas de produção industrial (no setor de confecções e calçados), geralmente fora das capitais, já é perceptível o aumento da escolaridade principalmente entre as trabalhadoras. Trabalhadoras com segundo grau completo, professoras e funcionárias públicas aderiram inicialmente às cooperativas pela possibilidade de ganhos salariais equivalentes a um salário mínimo (no geral, ganhavam a metade disso).

As formas de obtenção de emprego têm nas redes sociais informais seu *locus* privilegiado. São as “indicações” de parentes, amigos e conhecidos que informam sobre a existência de vagas em tal e qual empresa ou apresentam o conhecido para vagas existentes em seu local de trabalho.

Se recuperarmos as trajetórias profissionais desses trabalhadores, tal situação é reiterada durante praticamente toda a vida profissional. Alguns depoimentos evidenciaram situações nas quais aparece a necessidade de colocação dos filhos, parentes, e amigos no mercado de trabalho como condição de sobrevivência do grupo ou, pelo menos, de melhoria de suas condições; daí a utilização dos conhecimentos que dispõem na fábrica em que trabalham, ou do mercado, para arrumar emprego para esses conhecidos.

Alguns exemplos.

Ana Edite começou como aprendiz na fábrica com catorze anos. Entrou através de uma irmã que já trabalhava lá. A irmã falou com o encarregado, que pediu para levar a irmã para fazer um teste. Fez, passou e conseguiu o emprego.

Eliana disse que estudava, mas *gaseava* muito a aula. Um dia a mãe disse para ela que “ou estudava ou trabalhava”. Como respondeu que preferia trabalhar, a mãe levou-a à fábrica e falou com o encarregado, seu conhecido, que a empregou. Tinha catorze anos nessa época.

Cida foi indicada por um amigo que também trabalhava na fábrica. Ele avisou que haveria inscrições na fábrica numa quarta-feira. Às quatro da manhã, Cida já estava na fila com mais de cinquenta pessoas à sua frente. Fez a ficha, conversou com o amigo que a indicou e, segundo ela, o amigo a colocou para dentro.

José foi indicado por um concunhado. Afirmou também que havia mais de cinquenta pessoas na frente para três vagas e que só conseguiu entrar em razão da indicação.

Vejamos um depoimento literal:

...na indústria têxtil você tem que ter conhecimento para poder trabalhar. Não adianta dizer eu vou em firma tal para procurar emprego. Porque tudo que você faz lá é uma inscrição, mas não é chamado se não tiver conhecidos. Você tem que ter uma pessoa que já tenha trabalhado com você e que tenha conhecimentos para que o pessoal saiba que você trabalha. Não adianta você ficar batendo de porta em porta que não arruma emprego. Mesmo sendo um profissional, como no meu caso, com dezoito anos de experiência na indústria têxtil. Não adianta deixar o currículo. Tem que conseguir uma indicação lá dentro, para conseguir o emprego (Mauro, mecânico, Natal-RN).

Os depoimentos continuam destacando a importância de ter alguém “lá dentro” como garantia de arrumar o emprego. Essa indicação é percebida como elemento fundamental em sua obtenção. Além do emprego, sua manutenção é atribuída igualmente às boas relações estabelecidas na fábrica, relações estas que podem garantir desde uma promoção interna até escapar dos cortes constantes de pessoal. As relações sociais integram estruturas paralelas no mercado e a organização do trabalho, assumindo papel preponderante, na representação dos trabalhadores, em seus destinos profissionais e, por consequência, em sua vida pessoal.

As redes entre trabalhadores informais

Tal como no mercado formal, no informal não é diferente. Lautier & Marques-Pereira (1994), analisando as trajetórias profissionais de trabalhadores “informais” em Brasília (empregadas domésticas) e em João Pessoa (trabalhadores da construção civil), destacaram as estratégias adotadas num mercado de trabalho difuso e considerado porta de entrada de migrantes sem qualificação profissional reconhecida no meio urbano, assim como suas representações acerca de ocupações socialmente estigmatizadas. As redes sociais aparecem em sua funcionalidade, nas possibilidades de integração dos indivíduos ao meio urbano possibilitando certa ascensão social. As indicações para os canteiros de obras ou para as casas de família introduzem o elemento de confiança – principalmente nas casas – o que fortalece a busca pela indicação. Mesmo que parcial, a confiança propiciada pelo indicador auxilia na contratação de trabalhadores estigmatizados por sua baixa escolaridade e pelo caráter da ocupação. As dimensões sociais das redes constituem-se em instituições que permitem ao mercado funcionar, verdadeiros dispositivos de regulação destas atividades. Isso permite uma visão “positiva” da capacidade desses segmentos em sua mobilidade no mercado, o que não significa que este potencial seja a única via de superação das condições de precariedade, às quais estão submetidos em termos socioeconômicos e em termos de isolamento cultural (Richards, 1998).

Os valores constituintes do capital social dos indivíduos, tais como solidariedade, confiança, reciprocidade, são construídos historicamente por esses grupos através da manutenção ou fortalecimento de laços culturais, religiosos, de parentesco, de origem étnica e geográfica, e formam malhas operacionais, muitas vezes de difícil penetração, tornando difícil também a sua descaracterização, isto é, o seu desmanche.

O processo de constituição das redes pressupõe envolvimento subjetivo entre os trabalhadores, tanto no campo cognitivo como nas apreciações de ordem afetiva a elas relacionadas. Nesse processo reside o peso do sistema de representações individuais e coletivas que perpassa o mercado de trabalho *lato sensu* (Lautier, 1994, p. 145-148).

Na atividade ambulante, as redes se constituem, num primeiro momento, através da família. Esta constitui a base de estruturação da informalidade, tanto por ser determinante no modo de inserção na atividade quanto nas trajetórias ocupacionais. As redes familiares atuam como mediações socioculturais na inserção dos seus membros no mercado de trabalho. Essas mediações alimentam os processos migratórios e a própria formação e reprodução das redes sociais. No estudo realizado com um grupo de trabalhadores ambulantes em João Pessoa (PB), isto se evidencia na estruturação da atividade: a organização nas relações de trabalho, a “ajuda”, o encontro do “ponto”, os fornecedores etc. Em algumas falas, aparecem na própria representação e avaliação da atividade: *Vale a pena trabalhar na rua porque é tudo da família*. Em outras, a permanência, embora não necessariamente valorativa: *Eu nasci sendo ambulante. Desde os nove anos, foi através do meu pai, ou desde criança eu vinha com minha mãe, que tinha a mesma função, no mesmo lugar, há quinze anos*. Esse processo de afirmação mais como grupo familiar do que ocupacional, aparece em cada trajetória dando sentido e/ou justificando a atividade de ambulante.

Existem situações em que a família se constitui na própria unidade de produção, como retrata a trajetória de “Seu Biu”, segundo o qual doze membros da família fazem parte da organização, produção e venda da tapioca em sua barraquinha no centro da cidade. Conforme seu relato, a família apresenta um padrão de organização do trabalho, com divisão e distribuição de tarefas e regras, de acordo com sexo, idade, e tipo de afiliação na rede de parentesco. A divisão das tarefas (e, conseqüentemente, sua remuneração) é efetuada a partir dos papéis sociais na família: o pai comanda e gerencia a atividade, definindo e distribuindo as tarefas; a mãe tem a função de cooperar de forma suplementar nesse processo; as crianças, como aprendizes na função de ajudantes remunerados ou não; os filhos adultos nas funções mais pesadas de carregadores ou forneiros, e as filhas adultas nas tarefas relacionadas com o fazer a tapioca e o controle do caixa. Produção e reprodução se confundem na atividade.

Seu Biu, através da idéia de “honra”, justifica o empreendimento conjunto no trabalho pelos valores constituintes dos laços familiares:

Só dá para confiar na família (...). Nós tínhamos uma vida pobre, humilde, mas rica. Rica porque todos nós trazíamos um tipo de honra. Hoje, honra é ser sabido. E naquele tempo a honra era a dignidade, sinceridade, e não ser brigão, não ser ladrão. Então, para o pobre, a honra era essa: ser sincero, tomar conta e dar conta. Aí era a principal pedra de honra para o homem. E começa no meio da família. Aí ia, passa de geração. Aí o povo dizia que era uma família positiva.

Na trajetória de Seu Bui, a vida de *ambulante* reedita não só a rede familiar, mas também a sua *transmutação* para um coletivo de rede. Para se conquistar o espaço de trabalho, necessita-se do reconhecimento dos pares, da conquista da amizade, da confiança. Emerge assim a necessidade de ampliação das redes sociais. O tornar-se *ambulante* exige novas competências mediadas por esse capital relacional inicial, que pode significar aumento da clientela.

Na trajetória de “Seu João”, a situação se repete. O coletivo na rede implicou em trazer membros da família do interior como suporte mútuo à atividade, como forma de escapar da precariedade do lugar de origem. A “nova” precariedade é vista de forma positiva em termos comparativos:

Eu comecei em 1965: eu vim pra casa de uma tia; depois de um ano, eu aluguei uma casa de palha e depois uma casa de tijolo. Aí trouxe mãe. No mesmo ano, me casei e trouxe minha esposa e minha irmã mais nova. Minha irmã começou a me ajudar no comércio. Aí depois eu fiz um comércio para ela. Ela hoje é comerciante também. Aí começou a vir os filhos. São cinco. Trouxe outra família do meu interior. Na época ela era por sinal mulher prostituta. E eu a trouxe e os filhos também. E eu casei os filhos na minha casa. Nós fizemos três casamentos. Ela hoje ainda vive na minha casa e os filhos que não têm comércio têm emprego. Tudo a gente fez; Quer dizer, essas pessoas, essa mulher que vive lá em casa, por sinal meus filhos chamam de avó, porque ela criou. Eu tenbo trinta anos de casado. Faz vinte e nove que ela está lá em casa.

A situação de precarização do trabalho atual é percebida pelo Seu João como algo relacionado com a crise conjuntural do mercado de trabalho – o que se diferenciaria de outras épocas e de outras crises, as quais, pelos mecanismos seletivos da memória, são redimensionadas. O trabalho de uma vida e as conquistas obtidas estão ameaçadas:

Eu sinto que naquela época era mais fácil. Hoje eu vejo o comércio maior, mas eu vejo as coisas mais difíceis. Porque é muito desemprego, o pessoal não tem condição, o poder de compra é muito pouco. Por sinal, meu filho que eu botei também no comércio não está conseguindo levar. Nós fechamos agora há pouco três lojas, cada qual tinha uma e fechou todas porque não tem condição.

A trajetória do seu Edgar vem reforçar a influência da cultura familiar rural, em que a mobilidade social é representada pela migração para a cidade e pelas formas de inserção em um mercado de trabalho restrito. Em comum, entre esses trabalhadores, há a conexão dessas particularidades com o universo do grupo social. A reprodução das estratégias familiares como forma de enfrentar o universo do trabalho.

Esta multiplicidade de funções desempenhadas pela rede familiar está relacionada com a própria lógica, que estrutura e diferencia as atividades informais – a denominada “lógica de reprodução simples” –, mas exerce um duplo papel: solidariedade familiar e de obrigação (o sentimento de responsabilidade pela manutenção da família). Esta lógica de reprodução familiar permite, inclusive, uma melhor compreensão na análise não só do funcionamento dessas atividades, mas também explica os limites de implementação de uma lógica de acumulação ante a lógica familiar (Lautier, 1988, p. 26-29).

Em conseqüência, isso vem demonstrar a complexidade das atividades informais, em termos de configuração, regulação, alcances e limites. Tal complexidade vem explicar tanto a questão da heterogeneidade, tão peculiar a atividades informais, quanto suas ambigüidades e contradições. Por um lado, evidencia a dominância do papel da família e suas redes de sustentação. Por outro lado, explicita os limites, as vulnerabilidades, os riscos do grupo familiar em manter-se como unidade produtiva, afetando assim sua capacidade de uso deste recurso, principalmente nos momentos conjunturais de crise e/ou mudanças econômicas.

A mistura de dinâmicas produtivas e reprodutivas característica do trabalho ambulante se torna ainda mais complexa pela sua condição de ilegalidade. Isto torna mais difícil a análise de seus riscos econômicos, como, por exemplo, identificar fornecedores de mercadoria, uma vez que a questão da confiança desempenha um papel fundamental. Por conta da falta de contratos formais, o risco é do comprador e do vendedor. O mesmo acontece com as estratégias de ocupação dos locais disponíveis e de grande movimento de pedestres. Os “coletivos de trabalho” representados pelos espaços comuns ocupados pelos trabalhadores pressupõem a administração das relações de confiança que vigoram na cadeia distributiva extra-trabalho, sendo indispensável ao ambulante ter o reconhecimento e aceitação pelos demais que ocupam a área. Essas relações contribuem para a consolidação de um processo associativo ou organizativo com filiações, cotas, negociações, acordos, o que permite atenuar a falta de direitos legalmente reconhecidos, sem, no entanto, supri-los.

Porque no instante que a gente conquista um colega do comércio, já ganhou um pequeno espaço. É a primeira conquista, porque o difícil pra quem vai entrar nessa vida é primeiro a conquista da amizade de quem trabalha na área. Aí, depois que ele conquista aquela amizade, o cliente já fica mais fácil, já vem se aproximando (Seu Biu).

A aprendizagem de um conjunto de códigos urbanos, ligados com o pertencimento às redes, representa o elemento principal de qualificação desses trabalhadores, o que poderíamos, de certa forma, chamar de “competência”, e implica num tipo de inteligência cognitiva, ética, afetiva e relacional nas esferas social, política e econômica (Lautier, 1997).

O pertencimento é a via obrigatória não apenas para negociar com atores sociais “formais”, como os governos municipais e fornecedores, uma vez que o acesso ao espaço não está franqueado a qualquer um, mas depende de negociações para a sua conquista. Em outros termos, existem regras implícitas a serem observadas, que são indícios das chamadas *regras do ofício*; nesse caso, a conquista do espaço estaria diretamente relacionada com a conquista da confiança dos pares.

As redes são importantes ainda no acesso às mercadorias comercializadas pelos vendedores, principalmente aqueles que trabalham com confecções e importados, e se organizam para compras conjuntas em condições mais satisfatórias. No caso estudado, isso se materializa nas viagens em direção às feiras ou fábricas nos municípios de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e de Caruaru, em Pernambuco. As feiras realizam-se durante a noite, e o acesso aos produtores e a forma como negociam possuem códigos próprios, uma vez que as transações comerciais são informais. Apesar de concorrentes na venda dos produtos, a informalidade das trocas e das negociações evoca a necessidade de proteção (segurança da mercadoria e dos vendedores e compradores), que exige algumas estratégias coletivas de organização da atividade.

Essas estratégias têm resultado na organização de sindicatos e associações, e em enfrentamentos entre esses trabalhadores e autoridades municipais nas principais cidades do país. Como afirma um entrevistado: *Eles engolem a gente na marra, porque nós somos muitos!* Estes conflitos têm propiciado a afirmação de direitos, à medida que reivindicam e conquistam a permissão de ocupar espaços (públicos ou não) de comercialização de suas mercadorias.

Essa diversidade de estratégias e instâncias representativas se expressa nas formas de defesa e vem demonstrar que, muitas vezes, no processo de negociação do local de trabalho com as municipalidades, surgem os conflitos, que demandam a formação de mediações específicas dos interesses envolvidos com aquela localidade. Assim, os processos organizativos, em termos político-sindicais, acabam espelhando a multiplicidade de relações e inserções que configuram o próprio exercício da atividade ambulante no espaço e no tempo.

Por conseguinte, discorrer sobre *processo, ritmo, controle, regularidade, jornada de trabalho, organização*, em se tratando da atividade ambulante, pareceria à primeira vista um tanto artificial ante os processos de trabalho no campo da formalidade. No entanto, em meio às condições de *precarização, vulnerabilidade e variabilidade*, as quais preconizam uma aparente “desorganização” da atividade, é justamente

esse patamar que conduz à necessidade de organização para a sobrevivência da referida atividade como tal.

Essas aparentes contradições, que poderiam representar de fato uma tamanha flexibilidade na aptidão de reinventar trabalho em meio aos processos de precarização, na realidade, são o que vem permitindo que esta atividade venha não só persistindo, mas também se expandindo e estruturando-se mesmo com tantas variabilidades e vulnerabilidades. Tal fato se explica, seja pela via da sua própria dinâmica interna, seja pelo relacionamento com a dinâmica de “desenvolvimento” do capitalismo em sua fase atual, no qual essa flexibilidade é considerada ideal. A precariedade é inerente à estrutura e ao funcionamento da atividade ambulante. Como tal, tem estreita correspondência com sua lógica interna de organização deste segmento. O funcionamento da atividade na rua expõe os ambulantes às condições de vulnerabilidade, em termos ambientais, devido à variabilidade climática (sol, chuva) e às variabilidades próprias de quem “tá na rua” (violência, conflitos, inerentes às questões urbanas da vida moderna).

Considerações finais

Conforme assinala Scherer-Warren (1993), a idéia de rede implica pensar: i) integração na diversidade; ii) formas de articulação entre o local e o global, o particular e o universal, o uno e o diverso e, assim, pensar seus significados, suas interconexões. Isso se dá, principalmente, pela natureza que qualifica as redes como espaços alternativos de produção e de organização de vida e de trabalho. Essas malhas de redes formam-se fora dos canais institucionalizados, mas são cristalizadas nos modos de operar a vida, transmitidos de geração em geração destes segmentos, como vimos nas trajetórias de vida dos ambulantes e mesmo dos operários fabris.

Precisamente nesse processo é que se explicita a dimensão central que a família ocupa, tanto na vida social como na trajetória ocupacional, pois as estratégias de redes são geradas e geridas em função das necessidades de sobrevivência, em primeiro lugar, do núcleo familiar e, em segundo, do próprio grupo como “categoria” social. É justamente aí que residem suas potencialidades de ampliação dos mecanismos e estratégias para uma dimensão de coletivo de redes. Este campo de possibilidades se dá à medida que há a reprodução dos valores e comportamentos de solidariedade, de confiança e obrigação, que permitem à rede familiar ampliar-se para redes sociais mais amplas, atuando na construção de estratégias do grupo enquanto categoria social.

Esse processo de transmutação é o que caracteriza a própria natureza das redes como sistema de relações pessoais afetivas que dão substrato aos processos de mobilidade espacial e profissional. É também nesse processo que ocorre a valorização e o fortalecimento do espaço familiar, porquanto este espaço das

redes de malha estreita (Bott, 1976), além de dar sustentação em termos sócio-econômicos, se contrapõe aos outros canais institucionais que não conseguem realizar, de modo eficaz, as mediações entre o indivíduo e a sociedade nos meios urbanos (Durham, 1973).

No tocante à atividade ambulante, isto pode ser visualizado na própria organização da atividade, que, apesar de ser considerada como uma atividade “por conta própria” pelas vias institucionais, na sua operacionalização necessita acionar o *sistema rede*. Nesse sentido, necessita superar-se como atividade “individual”, por conta própria, ou seja: a processualidade do *sistema rede* acontece justamente no movimento de mutação da dimensão individual para adquirir e conquistar uma dimensão coletiva.

Segundo Lautier (1994), as redes sociais vêm explicitar a importância das dimensões sociais na gestão do processo de trabalho e dos fluxos dos trabalhadores, isto é, as redes revelam a importância das relações entre o mundo do trabalho e a vida social extra-trabalho na regulação do mercado.

Essas mediações produzidas pelos dispositivos de redes constituem-se em verdadeiros espaços laboratoriais de criatividade, de competência enquanto se organizam em modos operatórios de coletivos de redes e de trabalho, seja no trabalho informal, no qual o ambulante converte-se em “categoria” social, adquirindo uma visibilidade como ator social, principalmente no processo de ocupação e produção do espaço urbano, seja como trabalhador formal, no qual a atividade profissional, a permanência na ocupação, estão condicionadas a situações relacionais.

Quanto menos qualificado, o recurso às redes sociais pelo trabalhador tem maior funcionalidade? Não necessariamente. O acesso à informação significa, como já destacamos, uma redução de gastos que para um trabalhador desempregado pode significar muito. As redes, por sua vez, não podem ser entendidas dentro de uma rigidez funcional, uma vez que se trata de troca de favores e ajuda mútua com certa perspectiva de reciprocidade, o que não a torna, porém, obrigação. Não se constitui em algo novo no mercado de trabalho, remetendo às discussões sobre racionalização e burocratização do capitalismo, e à substituição das relações pessoais pela impessoalidade característica dessa racionalização.

A experiência cultural do trabalhador extrapola o lócus da produção e cria novos espaços para essa produção ou ocupação. Para os trabalhadores da fábrica, a experiência que compõe a formação de uma identidade operária se espalha pelo bairro, e espaços de convivência cotidiana extra-trabalho – o bar, o jogo de sinuca, do futebol no final de semana, da visita a familiares ou mesmo à igreja. Parte do cotidiano dos trabalhadores, esses espaços de sociabilidade permitem o desenvolvimento de relações instrumentais que facilitam o acesso ao mercado, da mesma forma que “relações instrumentalizadas” dentro e fora

da fábrica funcionam como fator importante em promoções e mudanças na estrutura ocupacional e na construção de identidades (Thompson, 1987). A diferença encontra-se no que Requena Santos (1991) chamou de “imobilidade ocupacional”: dificilmente a mobilidade é vertical, mas caracterizada pela horizontalidade de ocupações pouco qualificadas e pouco remuneradas.

Esses exemplos evidenciam que, com maior ou menor funcionalidade, essas redes continuam para seus integrantes, independente de sua origem social, de extrema relevância pela circulação de informações que possibilitam. Desta forma, as relações sociais que as constituem possuem um componente de poder explícito vinculado à posse, ao acesso a informações privilegiadas no mercado de trabalho. O poder implícito nas informações sobre vagas estende-se dentro da hierarquia da empresa, de forma explícita, nos postos hierárquicos de decisão sobre a permanência no emprego, assim como na necessidade de manter boas relações simétricas e assimétricas como forma de permanência no emprego. Essas relações, eivadas de subjetividade como empatia, simpatia, senso de oportunidade, ao lado de questões objetivas como escolaridade, experiência prática e qualificação, passam a constituir-se em fator diferencial no mercado de trabalho.

Entre os trabalhadores de baixa qualificação, como os aqui estudados, as redes de malha estreita são dominantes. Predominam os laços fortes, no sentido atribuído por Granovetter, na obtenção das informações, indo de familiares e agregados à vizinhança e conhecidos de espaços públicos como bares e outros locais, se contrapondo à hipótese do autor dos laços fracos. Garantem não apenas redes de informações, mas também o apoio no cotidiano, seja nos processos de migração, seja na busca por trabalho, na estabilização financeira, em situações de desemprego ou desocupação etc. Os laços fracos seriam mais funcionais junto a trabalhadores de “classe média”, mais qualificados e escolarizados e que participam, por sua origem social, de um número maior de redes sociais obtendo informações de fontes diversas e de forma diluída.

A incorporação das “redes sociais informais” no interior da “razão instrumental” demonstra a busca da apropriação, pela sociedade capitalista, da subjetividade individual e sua transformação em fator de produtividade. A incorporação do desejo enquanto produção social, objetivando interesses e afetos, procura reduzir o espaço da indeterminação em nome dessa razão. A questão que permanece é: até que ponto essa instrumentalização é possível?

Nesse sentido, evidencia-se o seguinte paradoxo: de um lado, há a apropriação, pelo capital, do formato redes sociais na regulação do mercado de trabalho; por outro, as redes sociais caracterizam-se fundamentalmente pelas relações sociais informais, originadas na família e se expandindo em diversos círculos sociais, gerando malhas de redes com pouca visibilidade, cujo controle estaria, em princípio, nas mãos dos atores que as geram.

O que nos parece evidenciar-se nessas práticas sociais informais são

sinalizações de resistências destes segmentos de trabalhadores frente aos processos de racionalização entendidos como formas de dominação, evidenciando que a racionalização econômica é produto das relações sociais e dos conflitos e contradições que as fundamentam.

Referências

- ABREU, Alice Rangel de Paiva (1995). "O complexo da moda no Rio de Janeiro". *Série Estudos Ciências Sociais* (8). Rio de Janeiro: UFRJ-IFCS-PPGS-LPS, junho.
- BARNES, J. A. (1987). "Redes sociais e processo político". In FELDMAN-BIANCO(org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global.
- BOTT, E. (1976). *Família e rede social* Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- BROAD, Dave. (2000). "The Periodic Casualization of Work: The Informal Economy, Casual Labor, and the Longue Durée". In TABAK, Faruk and CRICHLLOW, Michaeline A. *Informalization. Process and Structure*. Baltimore (MA): The John Hopkins University Press.
- CONSERVA, Marinalva de Sousa (2003). A atividade ambulante se suas redes sociais de labirinto em João Pessoa (PB). Tese de Doutorado: PPGSS-UFRJ.
- CONSERVA, Marinalva de Sousa (2004). "O labirinto da atividade ambulante na cidade de João Pessoa". In ARAÚJO, A. et alli (orgs). *Cenários do trabalho: subjetividade, movimentos e enigmas*. Rio de Janeiro: DP&A.
- COOLEY, Charles H. (1970). "Grupos Primários". In PIERSON, Donald. (org.). *Estudos de Organização Social*. São Paulo: Livraria Martins.
- CRU, D. (1986). *Coletivo e trabalho de ofício: sobre a noção de coletivo de trabalho*. Paris: AOCIP 1986.
- CRU, D. (1988). As regras do ofício. In *Plaisir et souffrance dans le travail*. Paris:AOCIP.
- DAVERN, Michael. (1999). "Social Networks and Prestige Attainment: New Empirical Findings". *The American Journal of Economics and Sociology*, October.
- DÓRIA BILAC, Elisabete (1978). *Família de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo: Símbolo.
- DURHAM, E. R. (1973). *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva.
- DURHAM, E. R. (1980). "A família Operária: consciência e ideologia". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 23, n..02:201-213.
- FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. (1982). *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis: Vozes.
- GRANOVETTER, Mark, SWEDBERG, Richard. (2001). Introduction. In GRANOVETTER, Mark e SWEDBERG, Richard. (Eds). *The Sociology of Economic Life*. Cambridge(MA): Westview Press.

- GRANOVETTER, Mark. (1995). "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness". In GRANOVETTER, Mark. *Getting a Job. A Study of Contacts and Careers*. 2nd Edition. Chicago: The University of Chicago Press.
- HIRATA, H. e HUMPHREY, J. (1992). "Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise". *Tempo Social*, 04:111-131.
- JACKOBSEN, K. et ali (orgs.) (2000). *Mapa do trabalho informal: perfil sócioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- LAUTIER, B. (1997). "Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal". In: *Contemporaneidade e Educação*. Rio de Janeiro: IEC, Ano II, nº 1:59-62.
- LAUTIER, B., e PEREIRA, J. M. (1995). "Representações Sociais e Construção do Mercado de Trabalho: empregadas domésticas e operários da construção civil na América Latina". In: *Cadernos CRH*, Salvador: nº 21: 125-151.
- LIMA, Jacob C. (2001). "A teoria do capital social na análise das políticas públicas". *Política e Trabalho – Revista de Ciências Sociais*, João Pessoa, n. 17:46-62.
- LIMA, Jacob C. (2000). "Redes sociais e mobilidade ocupacional". In AMORIM, M. e ARAÚJO, N. *Imaginário cultura e mundo do trabalho: perspectivas contemporâneas*. São Paulo, Terceira Margem.
- LIMA, Jacob C. e FERREIRA, Brasília C. (1996a). "Trabalhadores urbanos no Nordeste". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30: 83-99.
- LIMA, Jacob C. (1996b). "Trabalho, família e mobilidade social: um estudo sobre sociabilidade operária". *Caderno CRH* n. 24/25:123-153.
- LIMA, Jacob C. (1996). *Trabalho, mercado e formação de classe: estudo com operários fabris em Pernambuco*. João Pessoa: Editora Universitária.
- LIMA, Jacob C., SOARES, Maria José B. (2002). "Trabalho flexível e o novo informal". *Caderno CRH* n.37:
- LINHART, Robert (1986). *Greve na fábrica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MENEZES, Marilda A. (2002). *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; João Pessoa: EDUFPA.
- MENEZES, Marilda A. (2003). A noção de "redes sociais" na análise de alojamentos de trabalhadores migrantes. Recife: Simpósio da ABA – Associação Brasileira de Antropologia, SBPC.
- PODOLNY, J. M., PAGE, K. L. (1998). "Network Forms of Organization". *Annual Review of Sociology*, 24: 57-76.
- PORTES, Alejandro, CASTELLS, Manuel. (1989). "World Underneath: The Origins, Dynamics, and Effects of the Informal Economy". In PORTES, Alejandro, CASTELLS, Manuel, BENTON, Lauren A. *The Informal Economy. Studies in Advanced and Less Developed Countries*. Baltimore(MA): The John Hopkins University Press.
- PORTES, Alejandro. (1994). *The Informal Economy and Its Paradoxes*. In SMELSER, J.N., SWEDBERG, R. *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press.
- POWELL, W. W., SMITH-DOERR, L. (1994). "Networks and Economic Life". In SMELSER, J.N., SWEDBERG, R. *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press.
- SANTOS, Félix Requena. (1991). *Redes sociales y mercado de trabajo: elementos para una teoría del capital relacional*. Madri: CIS- Siglo Veintiuno de España.

- RICHARDS, P. e BRYAM, R. (1998). *Redes sociais, capital social, organizações populares e pobreza urbana*. Rio de Janeiro: Banco Mundial. mimeo.
- SALATTI, Rita de Cássia (2005). Flexibilização do trabalho em empresas de desenvolvimento de sistemas. Campinas: PPGPC-UNICAMP. Dissertação de mestrado.
- THOMPSON, E.P. (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TILLY, Chris and TILLY (1994). “Charles. Capitalist Work and Labor Markets”. In SMELSER, J.N., SWEDBERG, R. *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press.

RESUMO

Redes sociais e mercado de trabalho: entre o formal e o informal

Neste artigo estudamos as redes sociais como estratégias de entrada e permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho. Temos como referências empíricas pesquisas realizadas com operários fabris (metalúrgicos, têxteis e do vestuário) e trabalhadores do informal (construção civil e ambulantes) nas cidades de Recife, João Pessoa e Natal. Temos como referência que as interações sociais resultam em ações cooperativas que influem de forma decisiva nos processos econômicos e que os mercados não podem ser compreendidos apenas a partir de uma lógica econômica e sim de uma pluralidade de lógicas. Interessa-nos discutir a subjetividade “instrumentalizada” pelos atores, voltada à objetivação de interesses e necessidades: as redes sociais informais estabelecidas pelos indivíduos em sua vida cotidiana e seu caráter utilitário na busca de um emprego, em sua manutenção e em sua mobilidade ocupacional.

Palavras-chave: redes sociais; operários fabris; trabalhadores ambulantes

ABSTRACT

Social networks and the labour market: between the formal and the informal

In this article we study social networks as part of workers' strategies to find and retain jobs and in the job market. The empirical research was conducted with factory workers (metalworkers, textiles and clothing) and workers employed in the informal sector (construction and sales) in the cities of Recife, João Pessoa and Natal. We have as reference that the social interactions result in cooperative actions which influence in a decisive way on the economical processes and the markets cannot just be understood only from an economical logic, but from a plurality of logics. We wish to discuss the "rationalized subjectivity" for the actors adressed to interests and needs: the social networks established by the individuals in their daily life and their utilitarian character looking for a job, in their maintenance and in their occupational mobility.

Keywords: social networks; industrial workers'; informal sector

Recebido para apreciação: fevereiro de 2006

Aprovado para publicação: abril de 2006